



A educación é un dereito para todas as persoas (Moçambique)

© Pablo A. Meira Cartea

Brincar Na Natureza: desafios e benefícios para uma cidadania global

Playing In Nature: challenges and benefits for global citizenship

Isabela Oliveira dos Santos Maria  , Mário Acácio Borges de Melo Correia de Oliveira  e Rui Duarte Santos  . ESECS-Politécnico de Leiria (Portugal)

Resumo

Em uma sociedade onde as rotinas são sempre corridas e o desenvolvimento, a tecnologia e o trabalho são o centro das vivências humanas, a calma, o lazer, o brincar, muitas vezes se tornam impossíveis. Se em tempos atrás era fácil para uma criança criar momentos de lazer e aventuras na rua, com os amigos, no caminho para escola, hoje tais atividades mais parecem de outro mundo. Enquanto as protegemos para que alcancem um futuro participante e atuante na sociedade, reduzimos a sua liberdade, independência, mobilidade e também as suas potencialidades. As crianças têm verdadeira paixão pelo natural, elas querem a rua, a relva, o sol, a areia, as poças de lama. Não cabe ao adulto retirar lhes todas essas possibilidades, por medos que muitas vezes pertencem a si. Neste sentido, este estudo busca compreender a percepção de adultos sobre os contributos do brincar livremente na natureza para o desenvolvimento das crianças e para o processo de construção do sujeito enquanto cidadão global. A análise centra-se em apresentar a perspetiva de pais e professores sobre o brincar livremente na natureza e os seus contributos para a formação e desenvolvimento da criança. Este estudo foi realizado na região de Leiria, no centro litoral de Portugal, com uma amostra de 39 pais e 16 professores, e enquadra-se como uma investigação do tipo qualitativa, sendo a entrevista semiestruturada o principal instrumento de coleta de dados. O estudo conclui que pais e professores identificam o brincar livremente na natureza como uma forma de aproximar a criança do seu eu natural, podendo assim, despertar uma consciência ambiental e a sensibilidade para perceber e modificar os impactos das ações humanas na natureza.

Abstract

In a society where routines are always hectic and development, technology, and work are the center of human experiences, calm, leisure, and playing are common and often even seem impossible. If in the past, it was easy for a child to create moments of leisure and adventures on the street, with friends, and on the way to school, today such activities seem like another world. While we protect them so that they can achieve a participating and active future in society, we reduce their freedom, independence, mobility, and their potential. Children have a real passion for nature, they want the street, the grass, the sun, the sand, the mud puddles. It is not up to the adult to take away all these possibilities, due to fears that often belong to them. In this sense, this study seeks to understand the perception of adults about the contributions of playing freely in nature to the development of children and to the process of constructing the subject as a global citizen. The analysis focuses on presenting the perspective of parents and teachers on playing freely in nature and its contributions to the child's education. This

study was carried out in Leiria region, in the coastal center of Portugal, with a sample of 39 parents and 16 teachers, it is framed as a qualitative investigation, with the semi-structured interview being the main data collection instrument.

The study concludes that parents and teachers identify playing freely in nature as a way of bringing children closer to their natural selves, thus being able to awaken environmental awareness and sensitivity to perceive and modify the impacts of human actions on nature.

Palavras-Chave

Brincar livremente; Criança; Educação ambiental; Natureza.

Keywords

Play freely; Child; Environmental education; Nature.

Introdução

Para cada época da história e para cada etapa do processo de evolução da humanidade existem problemas, incertezas e desafios. No momento atual um dos maiores desafios é proporcionar a possibilidade de um futuro para as próximas gerações, no qual possam existir e coexistir a humanidade e a natureza.

Se até poucas décadas atrás, antes da era digital, era comum para uma criança criar momentos de lazer, no qual correr, gritar, tocar ou espionar com curiosidade, eram componentes imprescindíveis para o ato de brincar, atualmente tais atitudes muitas vezes são consideradas mau comportamento, falta de educação e não aceitáveis. Brincar na rua com os amigos de pega-pega (ou apanhada), escorregar na relva, ou se embrenhar na mata atrás de aventuras parecem coisas de outro mundo. A tendência atual é brincar em locais fechados, parado, com olhar fixo, onde os únicos movimentos permitidos são os de

deslizar os dedos numa tela ou o de dançar estaticamente.

A vida para uma pessoa adulta dispõe de muitas exigências, responsabilidade e passa “a correr”. Enquanto produzimos muito no decorrer do dia, ao deitar a sensação é que pouco ou nada produzimos. E, não surpreendentemente, a vida de uma criança não é muito diferente. A infância atual é pautada nas muitas exigências académicas, no brincar especializado e na expectativa que se tem do futuro. A escola torna-se um ambiente burocrático que possui altas cargas de conteúdo curricular a serem cumpridas, as cidades e a rua não são pensadas para receber e acolher as crianças, são pensadas para os automóveis e o deslocamento rápido. E, por fim, as famílias que no meio desta correria do dia-a-dia, estabelecem os relacionamentos a partir das experiências digitais disponíveis. Muitas vezes esse contexto leva-nos a acreditar que para as crianças atuais já não existe infância, porém estas novas formas de lazer, brincar e se relacionar também são infância.

Contudo, é necessário refletir o quanto importante é para o desenvolvimento de uma criança, a liberdade de brincar ao ar livre, de se envolver com o ambiente natural, conhecer a cidade, usufruir dos espaços onde vive, estabelecer relações com as pessoas ao redor e com as atividades desenvolvidas de formar a desenvolver um sentido de pertença e identidade local.

A criança possui o impulso da liberdade, de explorar e criar. Ela, assim como uma semente, é a parte da espécie humana que a cada dia se renova na natureza, é corpo no seu sentido natural, que faz sua história através da busca por viver os desejos, paixões e alegrias e estão totalmente conectadas com a natureza, pois sua pouca experiência com o mundo adulto aproxima-as mais do mundo natural (TIRIBA, 2005).

Nós, os adultos, somos os responsáveis pela sua formação e desenvolvimento, somos nós que as colocamos imersas em fatigadas responsabilidades acadêmicas e rotinas aceleradas. Oferecemos-lhes as brincadeiras prontas, estáticas, nos espaços cinzentos e cercados, com a justificação da segurança e do cuidado, mas ao mesmo tempo estamos a impossibilitar, ou mesmo bloquear, o processo criativo inerente a esta etapa da vida. E tudo isso, com a expectativa de que se tornem adultos autônomos, criativos, empoderados, conscientes das suas ações e do seu papel na sociedade. O que não parece fazer muito sentido.

Resultante da emergência em proporcionar às crianças uma infância plena, livre e rica em natureza, e da experiência pessoal da autora deste estudo, considerou-se pertinente compreender a partir da perspectiva da Educação Ambiental Crítica de que modo pais e professores contribuem para que as crianças brinquem livremente na natureza.

Criança, Infância e Sociedade

A ideia de Infância como uma invenção da modernidade, sendo uma categoria social construída, que deve ser compreendida como uma forma particular de pensar a criança, tal qual conhecemos hoje, é muito recente (ARIÈS, 2006; FROTA, 2007).

Estudos apontam que até à segunda metade do século XIX, havia pouca preocupação com a criança e seu bem-estar social. Até esse momento, segundo ARIÈS (2006), a criança era vista como um adulto em miniatura, vestiam-se como adultos e participavam da vida social através do trabalho e dos afazeres domésticos assim como os adultos. A partir da segunda metade do século XIX, por influência da Igreja Católica, as crianças passam a ser vistas como seres inocentes e angelicais, que necessitavam de mais atenção e apreço. Ainda assim, e principalmente

nas classes menos favorecidas, as crianças ainda estavam envolvidas com as responsabilidades dos afazeres domésticos no caso das meninas e com o trabalho no caso dos meninos.

Com advento da Revolução Industrial passa a existir um novo olhar para a família e a infância. A sociedade que antes era dividida em nobreza e camponeses, passa a ser dividida em burgueses e proletários, as crianças passam a ser divididas em crianças ricas e crianças trabalhadoras. A mentalidade de infância desta época buscava uma força produtiva e a consolidação da burguesia no poder político, trazendo assim uma nova conceção de infância para sociedade (AGUIAR & VASCONCELLOS, 2017).

As crianças eram fundamentais nas grandes fábricas, pois a mão de obra infantil era considerada barata e propícia à exploração sem controle. Elas eram força produtiva certa, pois além de disciplinadas tinham pouco poder de reivindicação. E para cumprir a função de moralizar e disciplinar as pessoas, tornando-as corpos dóceis, passivos e reprodutores, surge a escola que passa a ocupar um lugar que antes era da família. (AGUIAR & VASCONCELLOS, 2017).

Segundo ARIÈS (2006), a escola torna-se de facto a instituição protetora da criança e que tem como principal função moralizar, disciplinar e preparar as crianças ricas e pobres para o trabalho. Assim, a

família delega à escola parte das suas responsabilidades com a criança, e esta, por sua vez, cada vez mais forma sujeitos individualistas e voltados para o trabalho, cumprindo assim as metas do capitalismo.

A partir desse momento, juntamente com o desenvolvimento tecnológico, surge um maior interesse nos campos da história, sociologia e psicologia, tornando a infância objeto de estudo e investigação científica, através das teorias do desenvolvimento infantil e da construção social da infância. Mas somente na década de 60 do século XX os estudos sobre a história da infância e da criança são associados aos estudos da história da educação, surgindo também estudos de cunho médico, psicológico e desenvolvimentista. E é neste momento que acontece o “boom” na produção académica, onde a Sociologia começa a identificar a presença da infância no desenvolvimento do pensamento sociológico (QUINTEIRO, 2002).

A criança torna-se, então, centro das atenções, sendo tema de vários estudos e pesquisas, de criação de instituições e leis de proteção e amparo, começando a ser consideradas sujeitos de direitos e voz. A infância ligada à economia começa a ter um novo lugar na sociedade, surgindo assim um variado mercado de produtos infantis como brinquedos, roupas, cosméticos, literatura, alimentos, programas de TV, desenhos animados e muitos outros.

Atualmente a criança ocupa um espaço na sociedade como cidadão de direitos e deveres, considera-se que ela seja um indivíduo exigente, questionador, possuidor de mercado consumidor, entre outros. Contudo, há que considerar-se que tudo isto não se constitui num único modelo infância, é necessário observar as reais condições em que a criança vive, pelo que, baseado nisso, esta infância vai variar de acordo com o nível social e intelectual da família na qual está inserida e do nível de desenvolvimento e bem-estar social do país onde ela vive (LOPES & SILVA, 2007).

Diante disso, falar sobre criança e infância, tendo como base a visão ocidental, pode ser um assunto um pouco complicado de se desenvolver, pois ao mesmo tempo que se entende a criança como um ser humano como qualquer outro, tem-se a tendência de percebê-las enquanto ser em desenvolvimento, daí resultando a impressão que as crianças são seres humanos incompletos. Enquanto cidadãos, elas possuem os seus direitos específicos, mas quando se fala na sua atuação e participação na sociedade, esses direitos estão longe de serem os direitos dos quais os adultos dispõem.

Na idade média, segundo QVORTRUP (2014), a criança possuía direitos iguais aos adultos, pois sua participação na vida social era basicamente a mesma, o trabalho. Mesmo submetidas a severos regimes disciplinares, as crianças estavam completamente

envolvidas na vida pública como participantes indispensáveis. Crianças, jovens e adultos viviam o aqui e o agora, colaborando uns com outros para o projeto de vida comum que era a sobrevivência.

Na era atual a criança é colocada exatamente em situação oposta. Agora as crianças possuem leis que as resguardam da disciplina severa e possuem a oportunidade de expressarem o que pensam na sua esfera familiar; porém, na perspectiva da esfera pública, a sua posição foi enfraquecida. Na modernidade, a criança perde a sua função no presente para representar as expectativas da sociedade para o futuro delas enquanto adultas. É como se estivessem no presente como investimentos para o futuro, estão colocadas por nós numa posição de espera do porvir (QVORTRUP, 2014):

“Expressões coloquiais como ‘crianças são o futuro da sociedade’, ‘crianças são a próxima geração’ e ‘crianças são nosso mais precioso recurso’ são uma tendência que as priva de uma existência como seres humanos em prol de um imaginário que as têm como devires humanos e, dessa forma, salienta a ideia de que não são contemporâneas autênticas dos adultos” (QVORTRUP, 2014, p. 32).

Este novo olhar para a criança da modernidade, segundo QVORTRUP (2014), coloca a individualidade e a participação autêntica em segundo plano, troca a participação pela proteção. E ao mesmo

tempo que contribui para valorizar as necessidades específicas da criança, fragiliza e vulnerabiliza, enxergando-a como se incompletos, além de reduzir a sua participação na sociedade enquanto cidadão e contribuinte da economia.

Se por um lado se protege a criança para que ela alcance um futuro participante e atuante na sociedade, por outro, reduz-se sua liberdade, independência, mobilidade e as suas potencialidades. As crianças, principalmente as que vivem em zonas urbanas, têm sido privadas da vida pública e da vida na cidade. São submetidas a instituições como a escola e a família e suas vivências quase sempre se reduzem a estes espaços. As cidades não são pensadas para sua utilização. Estão estruturadas numa visão adulta de desenvolvimento, onde a industrialização, o comércio e os automóveis são presença massiva e determinantes nos espaços públicos coletivos, e as áreas de lazer e convivência dos cidadãos são reduzidas quase sempre aos espaços fechados e de consumo (VICENTE, 2018).

Fatores como urbanização, violência, insegurança e a crescente demanda para a especialização de espaços e atividades para a infância, distanciam as crianças das vivências e das relações sociais mais amplas, fora do contexto familiar e escolar, e consequentemente, afastam-nas dos espaços públicos. Parece não haver interesse em tornar as cidades mais

atraativas para as crianças, de modo a possibilitar o uso dos espaços públicos de forma mais igualitária e democrática. Muitas vezes os espaços públicos destinados às crianças são pequenos parques cercados de pneus ou telas, bancos em concreto (cimento), ou espaços cercados e reduzidos que impedem o livre acesso e a liberdade (QVORTRUP, 2014; VICENTE, 2018).

A Convenção das Nações Unidas Sobre os Direitos da Criança (ONU, 1986) prevê a garantia do direito ao lazer e à educação e, especificamente no artigo 31, o direito ao brincar: “os Estados Partes reconhecem o direito da criança ao descanso e lazer, a participar do brincar e das atividades recreativas e a participar livremente da vida cultural e das artes”.

Conforme afirma TONUCCI (2006), para que as crianças possam usufruir do seu direito ao brincar, as cidades precisam urgentemente mudar as suas estruturas e comportamentos, devolvendo aos cidadãos o espaço público. Calçadas, praças, parques e ruas precisam sair da posse dos automóveis e ir para as mãos das pessoas. Os espaços não precisam ser separados por faixa etária, pensados e especializados pedagogicamente, pois assim deixam de ser públicos. Os espaços precisam ser democráticos, de forma que atendam as necessidades de todos os cidadãos.

Deste modo, uma cidade democrática consegue proporcionar liberdade para

todos os seus cidadãos, sejam ricos, pobres, adultos, crianças e idosos. TONUCCI (2006), afirma ainda que a criança na cidade é um indicador ambiental muito propício, pois se ela tem liberdade para passear, brincar sozinha ou com os amigos e andar livremente pelas ruas, essa cidade está saudável e segura para todos os cidadãos, além de respeitar os direitos e o processo de crescimento e desenvolvimento das crianças.

Brincar Livremente na Natureza e os contributos para uma Cidadania Global

Desde o princípio da sua vivencia, a humanidade tem-se relacionado com a natureza de diversas formas. Para a maioria das culturas, inclusive as mais antigas, entender a natureza, sua importância e a sua relação com os seres humanos faz parte da história da evolução dos seres humanos. Por vezes, dependendo do contexto histórico, o ser humano considerou-se como parte integrante da natureza, mas atualmente a ideia que predomina é baseada numa visão antropocêntrica de mundo, na qual o ser humano se eleva à posição de dono e dominador da natureza, percebendo-se parte acima de tudo e de todos os outros elementos naturais da Terra. Diante disso, o ser humano passou a utilizar intensa e

massivamente os recursos naturais, sem refletir ou mensurar suas atitudes, o que levou a atual situação de escassez de recursos, degradação dos ecossistemas, ao declínio total da biodiversidade, dentre muitos outros exemplos de impactos ambientais da atualidade.

Diante desta crise, manifesta-se na sociedade uma consciência geral de que a forma como nós, seres humanos, nos conectamos o com o planeta, não é saudável e não é sustentável. Isso tem gerado uma crise ambiental sem precedentes e está a levar-nos, gradualmente, à destruição da nossa própria espécie. É neste contexto que surgem diversos movimentos que culminam na Educação Ambiental, que nas suas diversas possibilidades, abre espaço para repensar nossas práticas e vivências sociais.

A Educação Ambiental na sua perspetiva crítica, segundo SILVA (2017), atua no processo educativo a partir da ideia de educação como ato político, como prática social de formação dos indivíduos, que permite a formação de sujeitos capazes de agir criticamente, criando contradições relativas à sociedade na qual esta inserido e mudando valores construídos social e historicamente, focando-se na construção do ser humano que se relaciona intrinsecamente com a natureza.

De forma semelhante, LOUREIRO (2012) afirma que a Educação Ambiental atua para

além do plano das ideias e da transmissão de conhecimento. Ela atua no plano da existência da vida. Caracterizada num processo de conscientização pela ação com conhecimento, pela capacidade de escolha e pelo compromisso com o outro e com a vida.

A Educação Ambiental pensa pelo, com e para o outro. É construída em conjunto, sabendo que ao mesmo tempo que cada um é sujeito de si, tendo a sua identidade e individualidade, é também sujeito coletivo, parte da cultura e identidade terrestre, de forma a identificar-se enquanto cidadão global.

Desde o princípio da história da humanidade, brincar na natureza é parte da infância e do seu cotidiano. Independente de qualquer processo de mudança, desenvolvimento e contextos, as crianças brincam:

“Brincar é a vivência de um estado de ausência e suspensão temporária do mundo real, como um altar sagrado em que o corpo se ilumina de imaginação e sabedoria por estar perto dos deuses, um santuário de segurança.

Quando a criança brinca de forma livre, o corpo em movimento ou em escuta ganha significado acrescido em todas as dimensões do desenvolvimento humano” (NETO, 2020, p.15)

Brincadeiras ao ar livre, com elementos naturais, sempre estiveram presentes na vida das crianças. Estas são seres

férteis quando se fala em criatividade e imaginação e os elementos presentes na natureza proporcionam um maior grau de imersão no processo de criação. A liberdade criativa, de expressão individual e experimentação do mundo que é inerente ao ser humano, expressa-se essencialmente e impetuosamente na infância.

Contudo, a forma como as crianças brincam ao ar livre e se relacionam com a natureza mudou drasticamente. As crianças de hoje, no geral, estão condicionadas aos pequenos espaços cercados, ao tempo cronometrado, a uma saturação de horários que são preenchidos pela escola regular, atividades extracurriculares e atividades de tempo livre. São vários os fatores que levam a este contexto, como a falta de segurança, a violência nas cidades, a superproteção, a supervalorização da criança enquanto ser humano desprovido de saber, o medo, a lógica de mercado, a industrialização das cidades, entre outros fatores que impedem a criança de vivenciar o mundo natural que cada vez mais tem sido visto como parte não essencial da infância e da vida humana.

A criança moderna, segundo Louv (2016), experimenta algo com um “*transtorno do deficit de natureza*”, pois a natureza já não faz parte da infância e esse afastamento leva a impactos não só na vida das crianças, mas em todas as gerações, pois afeta a qualidade de vida em todos os domínios. Brincar livremente na natureza ajuda a estimular a criatividade, a iniciativa, a

autoconfiança, a capacidade de escolha, de tomar decisões e de resolver problemas, fatores estes que contribuem diretamente para o desenvolvimento global e integral da criança. E para além destes, estão os benefícios morais, mais ligados aos campos da ética e da sensibilidade, como encantamento, empatia, humildade, respeito, resiliência e senso de pertencimento que contribuem para um forte sentido de identidade (CHAWLA, 2015).

As brincadeiras na natureza estimulam e colocam todo o aparelho psicomotor a trabalhar. E todas as competências desenvolvidas no simples e ancestral ato de brincar livre e no meio da natureza são essenciais a uma participação ativa, positiva, consciente e responsável a nível local, nacional e global.

Metodologia

Há uma conexão direta entre as relações que as pessoas desenvolvem com a natureza no período da infância e os sentimentos de amor e compreensão acerca dos processos de nascimento, crescimento e morte dos frutos da Terra, levando ao sentimento de pertencimento ao mundo natural e a atitudes fundamentadas na sustentabilidade do planeta (TIRIBA, 2018).

Deste modo, compreendendo o potencial e a importância das brincadeiras nos

ambientes naturais no período da infância, propôs-se a questão geral de partida que norteou o presente trabalho de investigação: De que modo pais e professores contribuem para que as crianças brinquem livremente na natureza?

Ao considerar que no geral as crianças não possuem autonomia sobre seus desejos, sobre o seu direito de ir e vir e que para se desenvolverem plenamente é necessário o apoio dos adultos com os quais se relacionam, identificar a perspetiva dos pais e professores sobre o brincar livremente na natureza, tornou-se necessária e, portanto, contribuiu para delinear os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar como educadores e pais percebem o brincar livremente na natureza;
2. Caracterizar os ambientes e elementos da natureza considerados propícios para o brincar livremente;
3. Identificar a frequência com que as crianças brincam livremente na natureza.

No que concerne à metodologia do estudo, está amparada por uma perspetiva do Paradigma Qualitativo de forma a compreender e interpretar a intencionalidade e os significados das ações, conhecendo e experimentando as vivências das pessoas envolvidas, sem deixar as palavras e atitudes de lado, mas levando em consideração o máximo possível dos

detalhes, sem reduzi-los apenas a dados estatísticos, mas entendendo que tudo faz parte do processo.

A técnica de recolha de dados utilizada foi a Entrevista Semiestruturada, onde foi possível usando o Guião de Entrevista como um referencial de perguntas, não necessariamente numa ordem cronológica, mas à medida que a necessidade e a oportunidade foram aparecendo. Estes guiões foram organizados para entrevistas que pretendiam conhecer a visão de pais e professores em relação ao tema. As entrevistas foram desenvolvidas tendo por base três aspetos: tema, objetivos e questões. Estes aspetos estão divididos em seis blocos.

A técnica de tratamento dos dados utilizada foi a Análise de Conteúdos onde foi possível analisar sistematicamente o corpo de material textual, de forma a apurar e quantificar palavras, frases e temas considerados pertinentes, tendo permitido construir 4 categorias em que se correlacionaram e ordenaram as informações recolhidas.

A amostra foi composta por 55 adultos, sendo 39 pais -34 do género feminino e 5 do género masculino- e 16 professoras, distribuídos por agrupamentos escolares das zonas de Leiria, Santarém, Lisboa e Coimbra. Estes adultos são responsáveis por crianças nas etapas da pré-escola e primeiro ciclo do ensino básico.

Discussão dos Resultados

No que se refere ao objetivo 1, “*Identificar como educadores e pais percebem o brincar livremente na natureza*”, pais e professores percebem o brincar livremente na natureza como algo positivo que traz benefícios para a vida da criança, no sentido de melhorar suas capacidades físicas, motoras, cognitivas e com destaque dado por eles para as capacidades emocionais. Foram vários os relatos destes adultos sobre como brincar na natureza beneficia a criança no sentido de torná-la mais feliz e capaz. Assim, pais e professores dialogam com a literatura atual que afirma que, de facto, as brincadeiras ao ar livre e na natureza colaboram para o desenvolvimento de crianças mais empoderadas, empreendedoras e felizes (TIRIBA, 2005; NETO 2020).

Em contrapartida foi possível perceber que apesar de associarem o brincar livremente na natureza com uma infância mais feliz e capaz, pais e professores revelam não perceber que para usufruir dos mesmos, é necessário um maior despreendimento de conceitos como risco, perigo e falta de segurança. Foi identificado neste estudo que, para os professores, os espaços disponíveis na escola não oferecem a segurança necessária e por isso ainda preferem espaços artificiais e pavimentados. E, na perspectiva dos pais, a natureza traz muitos perigos que as crianças não são capazes de identificar, pelo que regulam

e interferem nos processos de criação da criança. Este pensamento, de acordo com NETO (2020), não condiz com a realidade das capacidades das crianças, pois elas possuem uma alta capacidade de autocontrole e autorregulação, quando em situações de confronto com o corpo. E em situações difíceis e/ou desconhecidas, elas usam essas capacidades e memórias corporais para avaliarem a situação.

Portanto, superproteger é retirar à criança as possibilidades de experimentar situações corporais que são próprias da idade e fundamentais na formação da personalidade, identidade e desenvolvimento psicomotor.

Com relação ao objetivo 2, “Caracterizar os ambientes e elementos da natureza considerados propícios para o brincar livremente”, de modo geral pais e professores identificam florestas, pinhais, parques, praia, praias fluviais, hortas, relva, terra, água, árvores, plantas e animais como ambientes e elementos naturais propícios para o brincar livremente. Este conjunto de respostas são compatíveis com os conceitos da Educação Ambiental Crítica e das vivências na natureza.

Todos os espaços desde o pequeno jardim de um apartamento, as grandes florestas de pinhais por exemplo, são ambientes propícios ao brincar livremente na natureza. Como afirma NETO (2020, p.151), “a educação ambiental na infância

não se pode implementar de maneira abstrata”. Apesar da criança ter uma ampla capacidade cognitiva, o ato de tocar, sentir com o corpo através dos sentidos cria empatia e vínculos afetivos que são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e da própria personalidade. Ainda corroborando com este pensamento, TIRIBA (2005) afirma que as crianças gostam e precisam da interação, elas são modos de expressão da natureza, são a espécie que se renova na Terra, por isso elas vivenciam as experiências em sua essência.

Conhecidos os ambientes e elementos que caracterizam as brincadeiras, no objetivo 3, buscou-se “Identificar a frequência com que as crianças brincam livremente na natureza”. Sob a responsabilidades da família, segundo relato dos pais, as crianças costumam brincar livremente na natureza de forma moderada e supervisionada, aos fins de semana, quando há sol e há a possibilidade de ir visitar algum parque, ir a casa dos avós, realizar caminhadas com a família e/ou jogar bola em algum campo.

Na escola, entendendo-se este como um espaço que deveria proporcionar maior variedade de experiências, identificou-se uma baixa frequência para este tipo de atividade, apresentando uma média de 1 a 3 horas por mês de brincadeira na natureza -que ocorrem de forma supervisionada e na maioria das vezes mediada - tendo como propósito algum objetivo curricular. Segundo os relatos dos professores, esta

baixa frequência é devido aos poucos espaços naturais disponíveis nas escolas para brincar e pelo sistema escolar em si, o qual prioriza os conteúdos e o sucesso académico em detrimento dos processos que envolvem o brincar. Contudo, é importante destacar a experiência de duas professoras que afirmam que nas escolas onde lecionam, as crianças brincam livremente na natureza, diariamente, de 30 minutos a 1 hora, como parte integrante da aula.

É importante ressaltar que os pais e professores entrevistados identificaram que o tempo disponibilizado para as crianças brincarem na natureza é pouco e acreditam que podem melhorar as condições para que suas crianças tenham mais oportunidades de estarem em contacto a natureza.

Conclusão

A elaboração deste trabalho nasceu da vontade de compreender a perspetiva dos adultos responsáveis por crianças em idade pré-escolar e a frequentar o primeiro ciclo do ensino básico, sobre brincar livremente na natureza. Procurou, também, divulgar os benefícios que este brincar traz para o desenvolvimento integral da criança, para constituição da cidadania global, colaborando para o despertar de uma consciência ambiental mais sensível e afetiva, além de construir gratas memórias

de infância

A partir de uma perspetiva de Educação Ambiental Crítica, entende-se a importância de repensar as nossas práticas e vivências sociais a partir do retorno da nossa conexão com a natureza, compreendendo que o ser humano é natureza, não estando acima ou abaixo, mas apenas sendo mais uma espécie neste ecossistema. E, dessa forma, proporcionar às crianças o constante contacto com a natureza de forma que elas possam vivenciar uma infância plena, livre e rica em natureza.

Compreendendo o brincar enquanto principal característica da infância, o presente estudo traduziu-se na seguinte pergunta de partida: De que modo pais e professores contribuem para que as crianças brinquem livremente na natureza?

Neste sentido, foi possível constatar que pais e professores contribuem para que as crianças brinquem livremente na natureza, pois os adultos relacionados com a pesquisa, compreendem a importância que o brincar livremente na natureza exerce na formação e desenvolvimento da criança. Contribuem quando permitem que os seus filhos e alunos tenham experiências com a natureza e são capazes de perceber as suas limitações enquanto adultos, que em muitos casos protegem porque amam. E contribuem quando identificam as limitações de tempo e de interferências nos processos de criação e elaboração

das crianças, quando estão a brincar em liberdade. Contribuem porque mesmo diante de toda a correria da vida e de toda insegurança social, permitem que suas crianças acedam a espaços naturais.

Com este estudo foi possível perceber a necessidade de sensibilizar e conscientizar a população no geral sobre a importância do brincar livremente na natureza e de deixar a criança gerir seu corpo mediante a situações de suposto risco, de forma a entender que esta tomada de decisão por parte da criança colabora para o seu desenvolvimento psicomotor e social. Compreendendo, também, que a superproteção é o principal fator que impede uma vivência plena na natureza.

Ao realizar este trabalho percebeu-se que as crianças têm verdadeira paixão pelo natural, elas querem correr na rua, rolar na relva, pisar poças de água e fazer bolinhas de lama. Elas querem tomar sol e apanhar chuva e nós, os adultos, acabamos por lhes retirar todas essas possibilidades, por medos que muitas vezes só a nós pertencem. Por isso, importa refletir sobre como educar e formar as crianças para uma cidadania global, se não lhes permitimos uma maior atuação e participação na vida social? Como imaginar um mundo melhor, se não conseguimos possibilitar que as crianças vivenciem o melhor do mundo?

Seria desejável que este estudo pudesse contribuir para a elaboração de políticas

públicas que permitam maior mobilidade das crianças, a criação de espaços naturais que possibilitem o brincar livremente ao mesmo tempo que permitam que pais e professores possam sentir-se seguros em deixar suas crianças brincarem livremente. E, ainda, contribuir para que os adultos repensem as suas ações de forma a não intervir nos processos de criação das crianças.

Com este estudo foi possível perceber que a liberdade das crianças é um problema a nível mundial e, portanto, parece emergir a necessidade de, com urgência, desconstruir a cultura do medo, ocupar espaços públicos e libertar as crianças.

Referências bibliográficas

AGUIAR, V. S., & VASCONCELLOS, L. C. (2017). A importância histórica e social da infância para a construção do direito à saúde no trabalho. *Saúde e Sociedade*, 271-285. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902017159018>

ARIÉS, P. (2006). *História Social da Criança e da Família* (2^a ed.). Rio de Janeiro: LTC.

CHAWLA, L. (2015). Benefits of Nature Contact for Children. *Journal of Planning Literature*, 433-442. doi:<https://doi.org/10.1177/0885412215595441>

FROTA, A. M. (2007). Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância historicidade para sua construção. *Estudo e Pesquisa em Psicologia - UERJ*, 147-160. [www.revispsi.uerj.br](http://revispsi.uerj.br)

LOPES, L. B., & SILVA, I. M. (2007). Concepções de Infância: uma busca pela trajetória do legalizado. *Revista HISTEDBR* On-line, 132-140. https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4969/art11_25.pdf

LOUREIRO, C. F. (2012). *Trajetórias e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez.

LOUV, R. (2016). *A última criança na natureza: Resgatando nossas crianças do Transtorno do deficit de natureza*. São Paulo: Aquariana.

NETO, C. (2020). *Libertem as Crianças - A urgência de brincar e ser ativo*. Lisboa: Contraponto.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU] (1989). *Convenção sobre os direitos da criança*. <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>

QUINTEIRO, J. (2002). Sobre a emergência de uma sociologia da infância: contribuições para o debate. *Perspectiva*, 137-162. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/10282/9553/30777>

QVORTRUP, J. (2014). Visibilidade das crianças e da infância. *Revista Linhas Críticas*, 23-42. doi: <https://doi.org/10.26512/lc.v20i41.4250>

SILVA, M. (2017). *A Educação Ambiental Crítica Sociotransformadora: da teoria à prática. Casos de estudo de ensino não formal no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Nova de Lisboa.

TIRIBA, L. (2005). *Criança, Natureza e Educação Infantil*. Tese de Doutoramento em Educação. Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro

TIRIBA, L. (2018). *Educação Infantil como direito e alegria: em busca de pedagogias ecológicas, populares e libertárias*. São Paulo: Paz e Terra.

VICENTE, P. M. (2018). *Novos Olhares: uma leitura da cidade por suas crianças*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MAGALHÃES, Paulo, 2022. *Common Interest, Concern or Heritage? The “commons” as a structural support for an Earth System Law. Earth system law: standing on the precipice of the Anthropocene*. Routledge. <https://www.routledge.com/Earth-System-Law-Standing-on-the-Precipice-of-the-Anthropocene/Cadman-Hurlbert-Simonelli/p/book/9781032056241>